



Revista

Ideação

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Centro de Educação, Letras e Saúde
Campus Foz do Iguaçu
✉ ideacao@yahoo.com.br

IMPACTOS DAS ATIVIDADES LABORAIS NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA EM LICENCIATURA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

DOI: 10.48075/ri.v27i1.34791

Marcella Ruiz¹
Leticia Viesba²
Pedro Rosalen³

RESUMO: Diante da realidade brasileira pós-REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), com a expansão das universidades e o aumento do acesso à educação superior, esta pesquisa visa realizar uma revisão integrativa da literatura sobre os impactos do trabalho durante a vida universitária para estudantes de licenciatura, fornecendo um panorama sobre as políticas de acesso e permanência nas universidades públicas federais. Essa revisão inclui o levantamento e a análise de artigos científicos e relatórios oficiais de instituições federais e órgãos governamentais, como o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e o MEC (Ministério da Educação). O processo de seleção dos estudos foi baseado em critérios de inclusão e exclusão definidos a priori, garantindo que apenas os trabalhos mais relevantes e de maior qualidade fossem considerados. Os resultados apontam que o trabalho durante a trajetória acadêmica pode afetar negativamente o desempenho e o bem-estar dos estudantes, ressaltando a importância de políticas de suporte eficazes. Por meio da análise dos desafios enfrentados pelos beneficiários dessas políticas de permanência, busca-se fornecer subsídios que contribuam para o aprimoramento de futuras políticas públicas e estratégias institucionais, visando consolidar um modelo de educação superior mais inclusivo e eficaz.

Palavras-chave: Estudantes universitários, trabalho, socioemocional, permanência.

IMPACTS OF WORK ACTIVITIES ON THE ACADEMIC CAREER IN BACHELOR'S DEGREE: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: Given the Brazilian reality after REUNI (Restructuring and Expansion of Federal Universities), with the expansion of universities and increased access to university, this research aims to carry out an integrative review of the literature on the impacts of work during university life, for undergraduate students. , providing an overview of access and permanence policies at federal public universities. This review includes the survey and analysis of scientific articles and official reports from

¹ Discente de Licenciatura em Ciências na Universidade Federal de São Paulo – SP. E-mail: marcella.eduarda@unifesp.br.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas na Universidade Federal de Alfenas – MG. E-mail: leticia.viesba@sou.unifal-mg.edu.br.

³ Professor no Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas na Universidade Federal de Alfenas – MG. E-mail: pedro.rosalen@unifal-mg.edu.br.

federal institutions and government agencies, such as INEP (National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira) and MEC (Ministry of Education). The study selection process was based on inclusion and exclusion criteria defined a priori, ensuring that only the most relevant and highest quality works were considered. The results indicate that work during the academic trajectory can negatively affect students' performance and well-being, highlighting the importance of effective support policies. By analyzing the challenges faced by beneficiaries of these retention policies, we seek to provide support that contributes to the improvement of future public policies and institutional strategies, aiming to consolidate a more inclusive and effective higher education model.

Keywords: University students, work, socio-emotional, permanence.

INTRODUÇÃO

O acesso à educação superior pública no Brasil ainda é restrito quando considerado o conjunto da população brasileira, fato que demanda ações prioritárias do poder público para a implementação de políticas eficazes, conforme Corbucci (2014, p. 7):

O acesso à educação superior no Brasil é notoriamente restrito, o que não tem sido objeto de discórdia entre os estudiosos da área. Em parte, isto pode ser explicado não só pelo passado escravocrata e pela implantação tardia de cursos superiores no país, mas também pela natureza e abrangência das políticas e ações voltadas à reversão ou mitigação desta situação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Educação 2019 revela que apenas 20% da população brasileira, entre 25 e 34 anos, possui diploma de ensino superior, e que 40% dos ingressantes nas universidades provêm da parcela dos 20% mais ricos do país, enquanto apenas 5% pertencem aos 20% mais pobres. Esses dados sublinham a importância de ações afirmativas, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que reserva vagas para estudantes de escolas públicas e cotas raciais. Políticas como essas, junto com programas de ampliação de vagas e financiamento estudantil, têm contribuído para aumentar a taxa de ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade social, promovendo maior diversidade entre os ingressantes nas universidades públicas (Ristoff, 2013). O ingresso cada vez maior desses estudantes representa uma conquista para o nosso país, mas exige investimentos para criar condições de acesso e permanência em uma vida universitária digna para todos.

Como resposta à crescente demanda por ensino superior e à necessidade de descentralizar as universidades dos grandes centros urbanos, surge o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), promovendo maior acesso à educação superior pública e uma oferta ampliada de cursos no período noturno,

garantindo o acesso a estudantes tradicionalmente excluídos e diminuindo a evasão (BRASIL, 2007). Coimbra e Sousa (2019) destacam que o Reuni tinha como objetivos ampliar o acesso ao ensino superior em regiões menos atendidas, otimizar a infraestrutura e os recursos humanos disponíveis, além de promover a interiorização do ensino superior, reduzir desigualdades regionais e fomentar a inclusão social. O programa destinou verbas às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para investir nesses recursos (BRASIL, 2007).

Embora o acesso ao ensino superior tenha avançado significativamente, a permanência estudantil continua sendo um desafio relevante. Muitos estudantes de classes sociais mais baixas enfrentam dificuldades financeiras com despesas de transporte, moradia, alimentação e material didático, mesmo com a gratuidade das universidades públicas. A inclusão desses estudantes requer uma rede de suporte abrangente, incluindo bolsas de estudo, oportunidades de trabalho, programas de monitoria, atividades de extensão e subsídios em restaurantes universitários e moradia estudantil. Esses recursos são essenciais para garantir a permanência e o sucesso acadêmico, uma vez que o contexto socioeconômico impacta significativamente o desempenho educacional, conforme destacado na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990 (Conferência de Jomtien).

Considerando a busca pela permanência, o período noturno no ensino superior é especialmente relevante para estudantes que conciliam trabalho em tempo integral com os estudos. O primeiro relatório do Reuni (2008) observa o crescimento da demanda por cursos noturnos e destaca a preferência por vagas na área da licenciatura. Ristoff (2013) também aponta que aproximadamente 56% dos estudantes de ensino superior pesquisados pelo Enade trabalhavam e estudavam, evidenciando a necessidade de políticas específicas para esse público. Essa necessidade é evidenciada por Jacomini, Dias e Rosalen (2012, p. 439).

Cria-se, desta forma, uma condição diferenciada de estudo para esses alunos, na medida em que as condições sociais não são modificadas, seja pela distribuição de renda ou por meio de bolsas de estudo que garantam a sobrevivência do aluno durante a graduação. Embora as condições necessárias à realização de um curso superior não estejam totalmente garantidas, o Reuni busca garantir transporte, alimentação subsidiada, moradia estudantil, bolsas de pesquisa etc., benefícios fundamentais aos alunos das classes populares.

Compreender os impactos causados por essa jornada dupla (trabalho integral e as obrigações da universidade) é importante para a implementação de ações e políticas de permanência, bem como para as adequações necessárias à universidade, a fim de atender de maneira digna e adequada toda a sua comunidade escolar.

Com isso, foi realizado este trabalho, proveniente de um projeto de conclusão de curso de licenciatura em Ciências da Universidade Federal de São Paulo. Assim como este artigo, o objetivo foi investigar os impactos das atividades laborais na trajetória acadêmica dos estudantes de licenciatura no Brasil, com ênfase no período pós-REUNI, visando compreender os principais desafios enfrentados na permanência estudantil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa da literatura, que incluiu o levantamento e a análise de artigos científicos nacionais e internacionais. De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa permite uma síntese dos estudos sobre um tema específico, possibilitando a identificação de padrões e lacunas na literatura existente.

O processo de seleção seguiu critérios previamente definidos de inclusão e exclusão, assegurando que apenas os estudos mais relevantes e de maior qualidade fossem incluídos. Foram selecionados estudos que abordaram o impacto do trabalho na formação acadêmica de estudantes universitários, com foco específico no período pós-REUNI. Os dados incluíram informações sobre os desafios enfrentados por esses estudantes, a eficácia das políticas de acesso e permanência, e as implicações para a prática acadêmica e para a política educacional.

A revisão foi realizada conforme as cinco etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008): (1) identificação clara do tema e definição da questão central da pesquisa, (2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, (3) definição dos dados a serem extraídos, (4) avaliação cuidadosa dos estudos selecionados, e (5) análise e interpretação dos dados para oferecer uma visão integrada dos resultados. A avaliação dos estudos incluiu a verificação de sua qualidade e relevância, conforme descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010). Espera-se que a interpretação dos dados permita compreender como o trabalho afeta o desempenho acadêmico e a experiência universitária desses estudantes, bem como identificar maneiras de aprimorar as políticas públicas para melhor atender a esse público.

Para a busca bibliográfica, foram utilizadas expressões-chave como 'trabalho', 'atividades remuneradas' e 'atividades laborais', aplicadas em diferentes combinações.

Estruturas lógicas, como 'AND' e 'NOT', auxiliaram na delimitação do escopo, excluindo materiais que abordassem bolsas de monitoria ou projetos acadêmicos, concentrando-se em regimes de trabalho formal. A pesquisa focou em artigos que discutissem licenciatura, incluindo cursos de Pedagogia, publicados entre 2007 e 2024. Em uma segunda etapa, sentiu-se a necessidade de ampliar o escopo para incluir perspectivas internacionais. Assim, foram utilizadas as palavras-chave 'working students', 'student employment' e 'college education', combinadas com operadores booleanos ('OR' e 'AND').

Os critérios de inclusão privilegiaram estudos diretamente relacionados à interação entre trabalho remunerado e a formação de licenciandos, enquanto materiais que tratavam de contextos educacionais diferentes, como ensino médio ou educação infantil, foram desconsiderados. A busca inicial resultou em 101 artigos, dos quais 69 foram obtidos com a palavra-chave 'estudantes-trabalhadores' e 32 com 'trabalhadores-estudantes'. Após a triagem, oito artigos foram selecionados com base nos critérios estabelecidos.

Finalmente, a revisão integrativa é apresentada por meio de uma síntese dos conhecimentos adquiridos, destacando os principais achados e suas implicações para futuras pesquisas e para a prática educacional. A apresentação buscou oferecer uma visão clara e abrangente dos impactos do trabalho durante a vida universitária, contribuindo para o debate sobre políticas de acesso e permanência no ensino superior.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa identificou padrões consistentes de impacto das atividades laborais na formação acadêmica de licenciandos. Após uma busca bibliográfica abrangente, foram selecionados oito artigos nacionais e doze internacionais. Esses estudos foram filtrados com base em critérios rigorosos, que incluíram o uso de palavras-chave como 'trabalho', 'atividades remuneradas' e 'atividades laborais', combinadas com operadores booleanos para refinar o escopo da análise. Estudos fora do contexto de licenciatura ou focados em bolsas acadêmicas foram excluídos, garantindo que os resultados estivessem alinhados aos objetivos do estudo.

Os estudos nacionais evidenciaram que estudantes-trabalhadores enfrentam desafios significativos ao equilibrar trabalho e estudo. Entre os problemas identificados, destacam-se a redução na participação em atividades extracurriculares, o aumento do risco de evasão e uma maior prevalência de estresse e problemas de saúde mental. Esses fatores

sublinham a necessidade de políticas institucionais mais robustas, que abordem diretamente as dificuldades enfrentadas por esse público.

No âmbito internacional, a ampliação do escopo incluiu palavras-chave como 'working students', 'student employment' e 'college education'. Esses artigos forneceram insights complementares, destacando práticas bem-sucedidas em outros países, como horários de aula adaptados, programas de mentoria e bolsas flexíveis. Tais iniciativas mostraram-se eficazes na mitigação dos impactos negativos do trabalho sobre o desempenho acadêmico.

Os artigos utilizados na revisão exploram diferentes aspectos da vida acadêmica de estudantes-trabalhadores, adotando diversas abordagens metodológicas. Há estudos qualitativos de caráter descritivo que examinam as trajetórias e desafios de estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a grupos específicos de alunos. Outros artigos realizam análises de dados secundários ou revisões de literatura, especialmente em contextos de ensino a distância e políticas educacionais. Também há pesquisas que utilizam análise de perfil e análise descritiva de dados acadêmicos, visando compreender a motivação, permanência e a influência do trabalho nas escolhas e disposições dos estudantes.

Adicionalmente, os resultados apontaram que a carga horária de trabalho é um fator crítico. Enquanto estudos nacionais revelaram que jornadas superiores a 20 horas semanais comprometem o desempenho acadêmico, os internacionais indicaram que horários flexíveis podem mitigar tais impactos. Essa perspectiva comparativa reforça a necessidade de adaptar práticas internacionais ao contexto brasileiro, buscando soluções que promovam a permanência estudantil de maneira mais eficaz.

Dessa forma, a revisão foi organizada em tópicos-chave para explorar de maneira mais aprofundada os principais aspectos que envolvem a vida acadêmica dos estudantes-trabalhadores em cursos de licenciatura. A divisão se deu pelos seguintes temas: i) Diferenças socioeconômicas e o acesso à educação superior, ii) Desempenho acadêmico vs. carga horária de trabalho, iii) Equilíbrio entre vida acadêmica e profissional, iv) Relação entre trabalho, evasão e políticas públicas de apoio, v) Relevância do período noturno.

As diferenças socioeconômicas têm um papel determinante no acesso à educação superior e, conseqüentemente, na permanência e no desempenho acadêmico dos estudantes.

De acordo com Bento e Nascimento (2023), aqueles que vêm de famílias de baixa renda tendem a enfrentar maiores dificuldades para ingressar em universidades, muitas vezes enfrentando a dualidade entre conciliar trabalho e estudo para se manterem financeiramente. Esse cenário reflete a desigualdade no acesso ao ensino superior, onde estudantes de origens menos abastadas optam por cursos menos prestigiados perante o contexto social, como as licenciaturas, enquanto os de classes mais favorecidas tendem a escolher áreas mais valorizadas socialmente (Prebill e Corrêa, 2021). Como delineiam os autores essa realidade reforça a divisão de classes na trajetória acadêmica, onde os estudantes com menos recursos enfrentam obstáculos adicionais desde o ingresso até a conclusão do curso. Conforme Bezerra (2021), as reformulações curriculares realizadas nos cursos de licenciatura devem ter como objetivo não apenas atender às diretrizes nacionais, mas também incorporar práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a formação integral, considerando as particularidades socioeconômicas dos estudantes.

Além disso, os tipos de trabalho exercidos pelos estudantes-trabalhadores variam de acordo com suas condições socioeconômicas e têm impacto significativo na trajetória acadêmica. Estudantes de classes menos favorecidas assumem empregos com carga horária extensa e baixos salários, o que compromete tanto o tempo quanto a energia disponível para os estudos (Bento e Nascimento, 2023, p. 257). Além disso, na maior parte dos casos, esse trabalho não possui relação com sua escolha acadêmica, o que não contribui para sua prática, como afirmam Tsvetkova, Petrova e Savchenko (2022, p. 246): "Os alunos trabalham para ganhar dinheiro e, muitas vezes, seus empregos estão longe da profissão que dominam na universidade" (p. 446). Essa dualidade na ocupação afeta o rendimento acadêmico e, principalmente, é um fator limitante na participação em atividades extracurriculares que poderiam enriquecer sua formação. Em contraste, alunos de classes mais abastadas tendem a exercer atividades que demandam menos tempo ou são mais flexíveis, como projetos de extensão e iniciação científica, permitindo-lhes um maior aproveitamento durante a graduação a partir dessa experiência acadêmica, como afirmam Santos, Duarte e Santos (2019, p. 27): "Além disso, existe a dificuldade de completar a carga horária extracurricular obrigatória, bem como participar de congressos, workshops e projetos, como os de processos de iniciação científica e programas como o PIBID.

Dessa forma, a partir dos textos de Santos, Duarte e Santos (2019) e Prebill e Corrêa (2021), é perceptível que essa divisão social se reflete nas perspectivas de futuro e na

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 27, n°1, 2025. e-ISSN: 1982-3010.](#)

motivação dos estudantes durante a trajetória acadêmica. Enquanto os estudantes de classes mais baixas buscam o ensino superior como forma de melhorar suas condições de vida, muitas vezes enxergam suas opções de formação como limitadas pelas necessidades financeiras imediatas, vendo-o como uma forma de ascensão social (Santos, Duarte e Santos, 2019, p. 26; Prebill e Corrêa, 2021). O mercado de trabalho, portanto, não apenas influencia a escolha do curso, mas também determina o ritmo e a qualidade da trajetória acadêmica desses estudantes, perpetuando a fragmentação social no ensino superior, onde a necessidade de trabalhar durante a graduação acaba restringindo o desenvolvimento acadêmico e profissional de muitos indivíduos.

É possível observar que a influência do trabalho no desempenho acadêmico também está presente no cenário mundial, conforme descrito por Tsurugano et al. (2021): “A pandemia de COVID-19 exacerbou as dificuldades enfrentadas por estudantes trabalhadores, levando à perda de emprego de quase metade deles, o que afetou diretamente sua capacidade de sustentar estudos e despesas básicas” (p. 2). Essas condições são agravadas em países onde os subsídios para a educação superior têm diminuído, forçando os estudantes a dependerem de empregos para sobreviver. Ainda segundo os autores, “47,5% dos estudantes japoneses dependiam de bolsas de empréstimos para arcar com as mensalidades, mas muitos hesitavam em contrair dívidas devido à instabilidade econômica”. Essa realidade se encontra em paralelo no Brasil, especialmente entre os estudantes de licenciatura, cujas condições de trabalho precárias frequentemente dificultam a conclusão do curso.

Desempenho Acadêmico vs. Carga Horária de Trabalho

De acordo com diversas pesquisas, o desempenho acadêmico de estudantes que também trabalham está intimamente conectado à carga horária que dedicam ao emprego, seja em regime parcial ou integral (Prebill e Corrêa, 2021; Santos, Duarte e Santos, 2019; Bento e Nascimento, 2023; Mardelina e Muhson, 2017). De acordo com Novitasari et al. (2021), há evidências de que fatores externos, como controle comportamental e normas sociais, podem influenciar a capacidade dos estudantes trabalhadores em conciliar suas obrigações acadêmicas e profissionais.

A rotina desses estudantes geralmente é desafiadora, devido à conciliação de demandas do trabalho e do ambiente acadêmico, como afirmam Bento e Nascimento (2023, p. 258): “A dupla jornada pode impedir que o trabalhador que estuda aproveite plenamente

sua condição de estudante, uma vez que este deve priorizar o trabalho enquanto sustento”. A sobrecarga de tarefas muitas vezes resulta em exaustão e limita o tempo disponível para o estudo, comprometendo assim o aproveitamento nas atividades escolares, como é indicado no texto de Tsvetkova, Petrova e Savchenko (2022, p. 255): “As novas condições de vida da comunidade estudantil exigem da maioria deles uma transformação pessoal que garantiria a combinação do estudo na universidade com o trabalho [...] para não se esgotarem emocionalmente”. Além disso, o cansaço acumulado ao longo do dia torna difícil manter a concentração e a motivação para absorver o conteúdo, especialmente em horários noturnos, como afirmam Santos, Duarte e Santos (2019, p. 36): “Essa jornada dupla diária entre trabalhar e estudar sobrecarrega os estudantes, acarretando modificações físicas e psicológicas, dificultando o acompanhamento das aulas e, assim, afetando diretamente o rendimento dos discentes.

Outro aspecto que interfere no rendimento acadêmico dos estudantes que trabalham é a falta de compreensão e apoio de alguns colegas e professores. Em turmas onde a maioria dos alunos não possui ocupação laboral, o entendimento sobre as dificuldades dos trabalhadores-estudantes pode ser limitado, levando a uma falta de flexibilidade nas demandas, como afirmam Santos, Duarte e Santos (2019). De acordo com Bento e Nascimento (2023, p. 257), “Tais sujeitos inserem-se no mercado de trabalho para subsistência, mas buscam o conhecimento através do estudo como modo de se adaptarem às condições que o cotidiano lhes impõe”.

Esse compromisso, contudo, é um desafio para o aproveitamento pleno das atividades acadêmicas, sendo evidente a necessidade de práticas pedagógicas mais flexíveis e de políticas institucionais que possam aliviar os obstáculos enfrentados por esses alunos. De acordo com Franzoi et al. (2021), os estudantes que trabalham apresentam níveis mais elevados de sofrimento psicológico e menor desempenho acadêmico em comparação com os colegas que não acumulam atividades laborais. A sobrecarga advinda do acúmulo de responsabilidades pode levar à redução do tempo dedicado aos estudos e ao aumento de sintomas de estresse e ansiedade. Essa situação é agravada para aqueles que enfrentam insegurança financeira, uma realidade comum entre estudantes de licenciatura no Brasil. Além disso, fatores como conflitos trabalho-família e a ausência de suporte adequado intensificam a dificuldade em equilibrar demandas pessoais e acadêmicas, como afirmam Mardelina e Muhson (2017, p. 203):

os estudantes que trabalham a tempo parcial têm de sacrificar muitas coisas, como redução do tempo de estudo, convívio com amigos e tempo de descanso, de modo que o impacto negativo resultante acabará por afetar as atividades de aprendizagem dos alunos e o seu desempenho académico.

Para além dos fatores que dificultam a permanência, a motivação dos estudantes para a continuidade da trajetória académica varia conforme diferentes contextos. Machado e Steren (2021) destacam que “os processos motivacionais dos estudantes estão envolvidos por aspectos intrínsecos”, evidenciando a formação profissional e as expectativas de valorização da profissão como fatores centrais para sua permanência na educação superior (p. 85). Além disso, os autores observam que “os estudantes analisados [...] dirigem suas ações a partir de uma regulação externa, [...], mas com um certo nível de autonomia, pois não são dirigidas apenas por punição ou recompensa, e sim por uma satisfação pessoal” (p. 91). Essa dinâmica reforça a importância de compreender os processos motivacionais como determinantes para a permanência e sucesso académico.

EQUILÍBRIO ENTRE VIDA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Santos, Duarte e Santos (2019, p. 35) afirmam que “o trabalho é um fator obrigatório na vida desses estudantes, já que muitos ajudam ou sustentam a família”, aspecto que, na maioria das vezes, é desconsiderado pela lógica educacional, ao sugerir que o trabalhador não deveria estar presente no ensino superior, refletindo uma perspectiva excludente da formação académica. Esse estigma reforça a ideia de que o ambiente educacional é reservado para um público sem as 'complicações' de uma jornada de trabalho. Prebill e Corrêa (2021, p. 454) evidenciam esse perfil em sua pesquisa: “Os participantes relatam falas de professores no sentido de que o trabalhador não deveria estar nesse contexto educacional específico, refletindo uma lógica de formação do trabalhador não inclusa no ensino superior.” Esse entendimento é prejudicial e pouco condizente com a diversidade de perfis que hoje fazem parte do ensino superior.”

Franzoi et al. (2021) destacam que, embora a ocupação possa promover emancipação financeira, ela também pode desencadear impactos negativos na saúde mental devido à sobrecarga de responsabilidades. Na Itália, trabalhadores-estudantes apresentaram maior

risco de saúde mental comprometida em comparação aos seus pares que apenas estudam ou apenas trabalham. Esses impactos são especialmente pronunciados entre aqueles que acumulam longas jornadas de trabalho e exigências acadêmicas intensas, resultando em desgaste psicológico significativo. Estudos realizados na Malásia corroboram essa análise, destacando que o conflito trabalho-família é um fator relevante na saúde mental de trabalhadores-estudantes. Contudo, a presença de suporte social, seja de colegas, familiares ou empregadores, pode mitigar os efeitos do estresse, facilitando o enfrentamento dessas demandas (Abidin et al., 2019).

Muitas vezes, essa realidade é ignorada no contexto educacional, onde a falta de compreensão sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores pode gerar um distanciamento entre a formação acadêmica e as demandas da vida cotidiana, como apontam Santos, Duarte e Santos (2019, p. 33) em sua pesquisa:

Não só a didática é de grande importância na sala de aula, como também, a aproximação entre docentes e discentes. Entretanto, as afirmações dos estudantes evidenciaram a falta de sensibilidade de alguns professores perante as necessidades dos discentes.

Esse contexto se agrava quando se trata de mulheres, que frequentemente conciliam o trabalho com responsabilidades familiares, como o cuidado com filhos, o que amplia a complexidade da situação, como afirmam Prebill e Corrêa (2021, p. 453): ‘...tendo em vista as condições concretas de vida e, assim, tratando-se de uma tentativa árdua de conciliação entre trabalho e estudo, cabendo ressaltar, inclusive, a caracterização de alguns participantes como mulheres, casadas, com filhos.

A sobrecarga gerada pela necessidade de equilibrar trabalho, estudo e vida pessoal leva muitos estudantes a quererem renunciar a atividades relacionadas ao curso, devido ao estresse físico e mental acumulado, como afirma Torquato (2016, p. 243): ‘Entre as atividades que gostariam de deixar de fazer, constam as relacionadas ao curso, devido à sobrecarga, que acarreta falta de tempo para o lazer e para a família.’ A falta de tempo para lazer ou para o convívio com a família é um reflexo das escolhas que muitos são forçados a fazer para manter esse equilíbrio (Bento e Nascimento, 2023). Essa situação também se reflete em um cenário de desigualdade dentro do ensino superior, onde estudantes do curso noturno, trabalhadores, de menor renda ou que ingressaram por cotas enfrentam barreiras adicionais, como a

dificuldade de acesso a bolsas de iniciação científica, uma oportunidade importante para o desenvolvimento acadêmico, como afirmam Barros e Neto (2022, p. 14):

Indicando que estudantes do curso noturno, discentes que exercem alguma atividade laboral, estudantes de menores faixas de renda e estudantes ingressantes por cota ou transferência, estariam, provavelmente, mais distantes das bolsas de IC que os demais.

As vivências acadêmicas dos estudantes trabalhadores têm o potencial de transformar não apenas seus horizontes profissionais, mas também suas perspectivas pessoais e sociais. Segundo Torquato (2016), as alunas pesquisadas atribuíram ao curso de graduação mudanças significativas em suas vidas, especialmente no que tange ao aspecto cognitivo e valorativo, além de uma nova visão de mundo. A autora destaca que ‘constatou-se que [...] a maioria atribuiu ao curso mudanças positivas em sua vida pessoal. Essas mudanças ocorrem, segundo elas, tanto no aspecto cognitivo quanto no valorativo, bem como na mudança de perspectiva em relação ao mundo’ (Torquato, 2016, p. 243). Tais transformações refletem o papel socializador do ambiente universitário, que, mesmo diante de condições desafiadoras impostas pela dupla jornada de trabalho e estudo, oferece aos estudantes ferramentas para ampliar suas disposições culturais e sociais. Contudo, é importante observar que essas mudanças ainda são limitadas por fatores estruturais que dificultam sua plena concretização na prática cotidiana.

O equilíbrio entre vida acadêmica e profissional é frequentemente uma meta inalcançável para estudantes trabalhadores. Estudos destacam que a falta de recursos e o acúmulo de responsabilidades contribuem para o desgaste físico e mental desses indivíduos. Tsurugano et al. (2021) observaram que, durante a pandemia, ‘muitos estudantes relataram dificuldade em manter uma dieta adequada e condições de saúde satisfatórias devido à redução da renda familiar e pessoal’ (p. 4). A precariedade desse equilíbrio também afeta a percepção de bem-estar psicológico. Assim, a criação de programas de suporte psicológico nas instituições de ensino é essencial para mitigar os impactos do trabalho na saúde mental dos alunos.

RELAÇÃO ENTRE TRABALHO, EVASÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O conflito entre trabalho e estudo também está diretamente relacionado à evasão universitária. Dados da Universiti Pendidikan Sultan Idris (UPSI), na Malásia, mostram que estudantes que não recebem suporte institucional adequado têm maiores chances de abandonar seus cursos devido à sobrecarga emocional e física, como afirmam Razak et al. (2019). Esse cenário também é evidenciado por Mardelina e Muhson (2017): ‘Dos alunos que abandonaram a faculdade, constatou-se que a incapacidade de conciliar as atividades de trabalho e estudo teve um papel importante na taxa de evasão’, demonstrando a urgência dessa discussão no ambiente acadêmico, tanto nacional quanto internacional.

Como tratado anteriormente, a presença de estudantes-trabalhadores no ensino superior evidencia um cenário desafiador, em que a conciliação entre atividades laborais e acadêmicas é indispensável para muitos. O contexto socioeconômico exige que esses indivíduos busquem sustento próprio e, em alguns casos, contribuam para o orçamento familiar. Essa realidade frequentemente leva os alunos a trabalharem em áreas desconectadas de seus campos de estudo, apenas para viabilizar sua formação superior, como alegam Bento e Nascimento (2023):

Analisando a questão do trabalho, observa-se que é através dele que os sujeitos, inclusive os que estudam, provêm sua sobrevivência e, em alguns casos, de seus familiares. Assim, o trabalhador-estudante representa a junção conflituosa de dois elementos característicos aos seres humanos, conforme discutido acima. Eles precisam trabalhar – ainda que não seja na área para a qual estão se formando – para produzirem sua existência e o aprendizado das especificidades do trabalho se dá via processo educativo (p. 253).

De acordo com Santos, Duarte e Santos (2019, p. 36), mesmo em instituições públicas, onde a gratuidade das mensalidades é um atrativo, outros custos, como transporte, moradia e alimentação, impõem barreiras significativas à permanência.

A pandemia de COVID-19 trouxe impactos significativos para a população de estudantes trabalhadores, agravando desafios financeiros e acadêmicos já existentes. Como observado por Tsurugano et al. (2021, p. 03), ‘o número de estudantes trabalhadores no Japão caiu drasticamente durante o início da pandemia, enquanto cerca de 37% relataram dificuldades em arcar com despesas básicas’. Além disso, a transição para o ensino remoto impôs novos custos aos estudantes, como a aquisição de equipamentos e o aumento de contas domésticas, tornando ainda mais difícil o equilíbrio entre trabalho e estudo. Essas questões evidenciam a necessidade de políticas públicas adaptativas, que possam responder a emergências e mitigar os efeitos de crises econômicas na educação superior.

As políticas públicas voltadas para a permanência estudantil desempenham um papel crucial na redução da evasão universitária. Porém, a efetividade dessas políticas é frequentemente limitada pela falta de ações integradas que considerem as especificidades dos estudantes trabalhadores. Tsurugano et al. (2021) ressaltam que, no Japão, ‘alunos que enfrentam insegurança econômica têm maior probabilidade de abandonar os estudos devido à combinação de problemas financeiros e saúde precária’ (p. 5). Situação semelhante ocorre no Brasil, onde programas como o Reuni buscaram ampliar o acesso, mas enfrentam dificuldades em garantir a permanência de alunos de baixa renda. A reformulação dos currículos nos Institutos Federais visa alinhar os objetivos formativos às necessidades dos estudantes trabalhadores, como apontado por Bezerra (2021), ao enfatizar a importância dos atos curriculares como ferramenta de inclusão e emancipação na formação docente.

Nesse contexto, ‘o trabalho aparece como condição primária na vida desses estudantes, sendo a perspectiva de trancamento ou abandono do curso a única opção diante da impossibilidade de conciliar estudos e trabalho’, como afirmam Bento e Nascimento (2023, p. 257). Dessa forma, a impossibilidade de equilibrar essas demandas frequentemente culmina em evasão ou trancamento, limitando o potencial emancipador da educação. Políticas públicas de acesso não têm sido suficientes para superar as desigualdades históricas que distanciam as classes populares do ensino superior, tornando-se uma situação cada vez mais emergente, como evidenciam Bento e Nascimento (2023, p. 255): ‘a ausência de políticas e legislação específicas sobre a situação do trabalhador-estudante não pode mais ser ignorada, especialmente quando nos referimos à permanência na universidade’. O ingresso desses grupos nas universidades frequentemente rompe com trajetórias de exclusão, mas ainda está longe de ser uma garantia de permanência e sucesso acadêmico. Isso revela o paradoxo entre o crescimento da escolarização e as condições desiguais que inviabilizam a equidade de oportunidades educacionais, como afirmam Prebill e Corrêa (2021):

(...) há uma construção histórica de um processo de distanciamento entre a educação básica e a educação superior e, mesmo as políticas de acesso ao ensino superior não têm dado conta de desconstruir esse processo (p. 446).

RELEVÂNCIA DO PERÍODO NOTURNO

De acordo com Maciel e Marques (2012), a expansão de políticas afirmativas e a criação de sistemas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB) representam avanços importantes. A EaD, por exemplo, tornou-se uma estratégia fundamental para democratizar o ensino superior e atender estudantes de regiões interioranas e trabalhadores que necessitam de maior flexibilidade, como afirmam os autores, 'representa uma estratégia para a expansão da educação superior pública e para ampliar o acesso de estudantes trabalhadores a esse nível de ensino'. No entanto, conforme Maciel e Marques (2012), os desafios permanecem, já que a falta de suporte mais abrangente perpetua a precariedade das condições enfrentadas por muitos desses alunos, que acumulam jornadas extensas e responsabilidades diversas.

Por fim, a legislação educacional, como a Lei n. 9.394/1996 (LDB), destaca a obrigação de adequar o ensino às necessidades dos discentes. Contudo, a ausência de políticas específicas para estudantes-trabalhadores compromete o potencial de transformação social do ensino superior. A democratização efetiva exige ações que transcendam o ingresso, priorizando a garantia de condições reais para a continuidade e conclusão dos estudos, especialmente para aqueles provenientes de contextos vulneráveis.

Na Malásia, a implementação de programas educacionais voltados para a flexibilização do tempo de estudo, como cursos híbridos e à distância, demonstrou sucesso na retenção de trabalhadores-estudantes, promovendo maior autonomia e redução do estresse (Abidin et al., 2019). Assim, o período noturno no ensino superior brasileiro desempenha um papel fundamental para os trabalhadores-estudantes, refletindo diretamente as desigualdades socioeconômicas presentes na sociedade. A necessidade de conciliar trabalho e estudo é uma realidade comum para estudantes de licenciatura, geralmente oriundos de classes menos favorecidas, que ingressam no ensino superior com o objetivo de romper o ciclo de vulnerabilidade social, como afirmam Prebill e Corrêa (2021, p. 445): "Os trabalhadores-estudantes vislumbraram no curso noturno uma possibilidade de formação no ensino superior por terem condições de conciliar trabalho e estudo, dado que o período de oferecimento do curso inclui o turno noturno.

Esse contexto evidencia a relação entre a origem socioeconômica dos estudantes e suas trajetórias acadêmicas, onde muitos são direcionados para cursos menos valorizados, como a formação de docentes, em contraste com as elites, que ocupam cursos de maior prestígio. Essa dualidade estrutural perpetua a fragmentação educacional, resultando em

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 27, n°1, 2025. e-ISSN: 1982-3010.](#)

desigualdades que se manifestam tanto no acesso quanto na permanência (Prebill e Corrêa, 2021).

De acordo com Santos, Duarte e Santos (2019), a jornada de trabalho dos estudantes noturnos impacta diretamente o desempenho acadêmico. O acúmulo de horas laborais durante o dia, seguido de aulas à noite, frequentemente resulta em cansaço extremo e queda no rendimento escolar. O deslocamento entre trabalho e faculdade, a falta de tempo para estudar e o esgotamento físico e emocional são fatores que comprometem o aprendizado. Os autores afirmam que 'muitas vezes, enfrentam uma jornada diária cheia de transtornos e com uma carga horária de trabalho pesada, chegando à universidade já cansados' (p. 33). Eles destacam ainda que o sono e o cansaço são causas recorrentes para a baixa performance acadêmica entre esses estudantes. Além disso, as dificuldades de integração com colegas que não trabalham e a ausência de estratégias pedagógicas adaptadas ao perfil do estudante noturno reforçam os desafios enfrentados (Prebill e Corrêa, 2021).

Conciliar vida acadêmica e profissional exige dos trabalhadores estudantes habilidades de gerenciamento de tempo e resiliência. Muitos desses estudantes acumulam funções como sustentar suas famílias ou cuidar de filhos, o que amplia a sobrecarga. De acordo com Santos, Duarte e Santos (2019, p. 35), 'os estudantes têm que dividir o pouco tempo que resta livre do seu dia para destinar atenção não somente aos estudos, mas também para outras áreas e dimensões de sua vida cotidiana'. A falta de apoio institucional, aliada à necessidade de equilibrar múltiplas demandas, afeta não apenas o desempenho acadêmico, mas também a saúde mental. A saúde mental é um fator determinante para o sucesso acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes trabalhadores, mas frequentemente é negligenciada pelas instituições de ensino. Dados apresentados por Tsurugano et al. (2021) revelam que 'estudantes com insegurança econômica têm uma probabilidade significativamente maior de apresentar problemas de ansiedade e saúde autoavaliada como ruim' (p. 4). Os autores complementam ressaltando que 'o cansaço acumulado por esses estudantes trabalhadores provoca irritabilidade, alterações na qualidade do sono, excitabilidade e alterações emocionais' (p. 35), dificultando o acompanhamento das aulas e aumentando a chance de evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto contribui substancialmente para o entendimento das políticas de democratização do ensino superior no Brasil, especialmente no contexto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implementado em 2007. Como abordado na introdução, o Reuni ampliou significativamente o acesso à educação superior pública, criando universidades, *campus* e cursos em regiões periféricas e implementando políticas de cotas sociais e raciais. Essas iniciativas modificaram o perfil socioeconômico dos estudantes, trazendo para as universidades uma população historicamente marginalizada. Jacomini, Dias e Rosalen (2012) apontam que essa inclusão, embora louvável, exigiu a implementação de políticas de permanência, essenciais para garantir que os estudantes de baixa renda não apenas ingressem, mas concluam seus cursos.

A partir da revisão integrativa da literatura, foi possível identificar o impacto das atividades laborais no rendimento acadêmico de estudantes de licenciatura no contexto pós-Reuni. Estudos analisados sugerem que a necessidade de trabalhar durante a graduação resulta em dificuldades para acompanhar o ritmo das aulas, menor participação em atividades extracurriculares e desempenho acadêmico inferior (Ristoff, 2013). Esse cenário se agrava em cursos de licenciatura, onde muitos estudantes já enfrentam desafios financeiros significativos. O trabalho de Santos e Nunes (2015) corrobora essa perspectiva, destacando que a sobrecarga de trabalho compromete não apenas o rendimento acadêmico, mas também a saúde mental e o bem-estar dos estudantes.

A integração entre trabalho e estudo é um desafio que transcende fronteiras nacionais, exigindo respostas específicas de cada sistema educacional. Estudos, como o de Novitasari et al. (2021), sugerem que o desenvolvimento de competências socioemocionais e a implementação de políticas inclusivas podem melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes trabalhadores. Em uma perspectiva global, Tsurugano et al. (2021) recomendam 'a criação de redes de segurança econômica para estudantes desfavorecidos, com ênfase em bolsas de estudo e apoio psicológico contínuo' (p. 6). Esses esforços contribuem para a construção de um sistema educacional mais equitativo e resiliente, capaz de enfrentar crises econômicas e sociais

Além disso, o estudo identificou que, embora as políticas de permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tenham avançado, ainda existem lacunas significativas em sua implementação. Programas de assistência estudantil, como bolsas de

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 27, nº1, 2025. e-ISSN: 1982-3010.](#)

permanência e auxílios de transporte e alimentação, muitas vezes não são suficientes para cobrir as necessidades dos estudantes-trabalhadores. A Conferência de Jomtien (1990) já destacava a importância de um suporte contínuo e adequado, especialmente para populações vulneráveis, com o objetivo de garantir não apenas o acesso, mas também a conclusão dos cursos superiores.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi a desigualdade na distribuição desses recursos. Algumas universidades possuem estruturas mais robustas de apoio, enquanto outras, especialmente as localizadas em regiões mais afastadas, enfrentam dificuldades para oferecer suporte adequado. Essa discrepância afeta diretamente a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes, como evidenciado em relatórios do INEP e do MEC.

Dessa forma, a análise crítica das políticas de expansão e permanência pós-Reuni oferece contribuições valiosas para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Ao mapear os principais desafios enfrentados pelos estudantes-trabalhadores, o estudo fornece informações que podem orientar as IFES na reformulação de suas práticas institucionais. Políticas mais abrangentes e integradas, que considerem as especificidades dos estudantes de licenciatura, podem contribuir para a redução da evasão escolar e a melhoria do desempenho acadêmico. Como apontam Jacomini et al. (2012), a permanência estudantil não deve ser tratada como um benefício, mas como um direito fundamental para consolidar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Portanto, este estudo amplia o entendimento sobre a relação entre trabalho e desempenho acadêmico, oferecendo um panorama crítico das políticas atuais e propondo caminhos para aprimoramento. Ao identificar lacunas e desafios, contribui para a construção de um ensino superior mais equitativo, beneficiando não apenas os estudantes de licenciatura, mas também a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Y.; NETO, R. *Pesquisadores na graduação: iniciação científica no contexto das políticas de ação afirmativa no ensino superior*. Revista do PEMO, 2022.

BENTO, E.; NASCIMENTO, D. *O perfil socioeconômico e profissional do trabalhador-estudante do curso de Pós-graduação lato sensu em docência (EaD) do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Arcos*. Revista Educar Mais, 2023.

BEZERRA, D. A reformulação do projeto pedagógico de cursos de licenciatura em um instituto federal: na mira(gem) de uma educação politécnica? *Revista Espaço do Currículo*, 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*, Reuni. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr. 2007.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012.

COIMBRA, L.; SOUSA A. "Democratização" do ensino superior em tempos neoliberais: uma análise do processo de expansão e interiorização da UFMA a partir do REUNI. *Revista HISTEDBR On-line*, 2019.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, (1990: Jomtien). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Unicef, 1990.

CORBUCCI, P. R. *Evolução do acesso de jovens à educação superior no Brasil*, Texto para Discussão, n. 1950. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2014.

FRAZNOI, I., Self-Rated Health and Psychological Distress among Emerging Adults in Italy: A Comparison between Data on University Students, Young Workers and Working Students Collected through the 2005 and 2013 National Health Surveys. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2021.

JACOMINI, M.; DIAS, M.; ROSALEN, M. Políticas de formação de professores: perfil dos alunos do curso de Ciências - Licenciatura da Unifesp. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 28, n. 2, 2012.

MACHADO, L.; STEREN, B. Processos motivacionais de estudantes do curso de Pedagogia e suas relações para a permanência na universidade. *InterCambios. Dilemas y transiciones de la Educación Superior*, 8(1), 2021.

MACIEL, C.; MARQUES, A. Educação a distância e Universidade Aberta do Brasil: políticas de educação superior para trabalhadores estudantes. *Revista Pedagógica - UNOCHAPECÓ - Ano-15 - n. 28 vol. 01 - jan./jun.*, 2012.

MARDELINA, E.; MUHSON, A. Mahasiswa Bekerja dan Dampaknya Terhadap Aktivitas Belajar dan Prestasi Akademik. *Jurnal Economia*, Volume 13, Nomor 2, Oktober, 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, p. 758-764, 2008.

NOVITASARI, D. et al. The Role of Halal Awareness on Purchase Intention of Halal Food: Evidence from Indonesian Working Students. *International Journal of Science and Management Studies (IJSMS)*, 2021.

PNAD Educação 2019: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência IBGE Notícias, 15 jul, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de,4%25%20entre%202018%20e%202019.> Acesso em 15/08/2024.

PREBILL, G.; CORRÊA, A. O trabalhador estudante em um curso de bacharelado e licenciatura em enfermagem: trajetórias e desafios. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 435-460, jan./mar., 2021.

RAZAK, A., Social Support Moderating Effect between Work-Family Conflict and Working Students' Health and Stress in UPSI, *International Business Education Journal*. Vol. 12 No. 1, 2019.

RISTOFF, D. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2013.

SANTOS, D.; DUARTE, A.; SANTOS, D. Um estudo sobre o ensino superior noturno na perspectiva de estudantes trabalhadores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na UESB. *Revista de Iniciação à Docência*, v. 4, n. 2, 2019.

SOUZA, M; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein* (São Paulo), v. 102-106, 2010.

TORQUATO, M. Estudantes-trabalhadores e a influência da graduação na disposição para agir e crer. *Rev. Ens. Educ. Cienc. Human.*, Londrina, v. 17, n.3, p. 240-244, 2016.

TSURUGANO, S. et al. Impact of the COVID-19 pandemic on working students: Results from the Labour Force Survey and the student lifestyle survey. *Journal of Occupational Health*, 2021.

TSVETKOVA, N, PETROVA, E, & SAVCHENKO, D. Peculiaridades sociopsicológicas de estudantes trabalhadores: orientação pessoal, posição de vida, empatia policomunicativa. *Perspektivy nauki i obrazovania – Perspectives of Science and Education*, 55 (1), 444-462, 2022.

Recebido em 15 de dezembro de 2024.

Aprovado em 20 de janeiro de 2025.

